

EDUCAÇÃO ESPECIAL EM UMA PERSPECTIVA INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA, SP AVANÇOS E PERSPECTIVAS

Rosangela Cristiani Lorenzi Kiill

Especialista e Mestre em Educação Especial pela UNIMEP – Universidade Metodista de Piracicaba. Pedagoga com habilitação em deficiência intelectual pela mesma instituição. Atualmente (2022) é responsável pelo Departamento de AEE – Atendimento Educacional Especializado - da Secretaria Municipal de Educação no município de Paulínia.

RESUMO – A questão da educação inclusiva tem sido tema de debate em várias áreas, por especialistas e intelectuais que buscam analisar aspectos relativos às dificuldades que a escola tem de receber e acolher a diversidade de indivíduos que compõem a sociedade. Quando se trata do atendimento a pessoas com deficiência, a questão não é menos complexa. Por anos, a escola ignorou ou mesmo se negou a atender “os diferentes”, num processo que felizmente vem, pouco a pouco, se modificando em busca da inclusão real e plena. Este artigo apresenta uma análise crítico-reflexiva sobre o atendimento a alunos com deficiência em escolas regulares, na perspectiva inclusiva, bem como uma reconstrução histórica da Educação Especial no município de Paulínia, SP.

Palavras-chave: Inclusão, legislação e formação de professores

SUMÁRIO – 1. Introdução; 2. Considerações sobre a educação inclusiva; Educação Especial Inclusiva e o papel da Escola; A Educação Especial Inclusiva em Paulínia; Considerações finais; Referências Bibliográficas.

INTRODUÇÃO

Discutir a inclusão escolar de pessoas com deficiência, envolve aspectos polêmicos e divergentes dentro do sistema geral de educação. Todas as questões que envolvem este assunto geram discussões e, quase sempre, criam situações de conflito entre os que acreditam e os que não aceitam que pessoas com deficiência possam frequentar aulas nas turmas regulares.

Muitas pesquisas e estudos sobre o processo inclusivo vêm ganhando espaços em diversas áreas, nas quais notamos esforços em inúmeros campos do conhecimento, o que tem trazido possibilidades de debates e reflexões sobre

não apenas a inclusão escolar, mas também a inclusão social. O discurso sobre a diversidade acabou desencadeando um estatuto centrado em referências trazidas pelos documentos oficiais, nos quais se aborda o atendimento às pessoas com deficiência em diversos espaços: escola, saúde, lazer, transporte, moradia, assistência, dentre outros.

A inclusão social é um direito básico dos indivíduos, mas, sem uma organização da comunidade comprometida com a justiça social, sem uma relação articulada com outros órgãos ou serviços, sem uma evolução e investimento tecnológico, pouco, ou quase nada adiantam leis e resoluções sobre a inclusão de pessoas com deficiência, de pobres, de adultos analfabetos, de índios e quilombolas, de crianças abandonadas ou de adolescentes infratores, dentre outros, tornando-a apenas um discurso infundado e descontextualizado politicamente.

Neste artigo, pretende-se fazer uma reconstrução histórica da Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva no município de Paulínia, noroeste do estado de São Paulo, bem como apresentar um panorama da realidade atual nesse segmento.

CONSIDERAÇÕES SOBRE A EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Historicamente a educação das pessoas com deficiência passou por várias mudanças, desde o confinamento, a segregação em instituições especializadas, passando pela normalização, integração e atualmente a inclusão. De acordo com Januzzi (2004):

Na época em que o Brasil era caracterizado como uma sociedade rural e desescolarizada, silenciava-se sobre o deficiente e escondia-se aqueles cuja presença mais causava desconforto. À medida que a educação primária ganha impulso, as primeiras iniciativas também são tomadas para atender aos deficientes. Posteriormente a defesa da sua educação torna-se conveniente do ponto de vista econômico, porque evita despesas com outras formas de atendimento institucionalizado, como os manicômios, asilos e penitenciárias. Passa-se então a propugnar que as pessoas portadoras de deficiência sejam incorporadas ao trabalho produtivo.

O movimento da inclusão educacional no Brasil teve início na década de 80, intensificando-se na década de 90, a partir de uma proposta que propunha

um sistema educacional único e de qualidade para todo e qualquer aluno (ARANHA, 2000).

numa filosofia que reconhece e aceita a diversidade, na vida em sociedade. Isto significa garantia do acesso de todos a todas as oportunidades, independentemente das peculiaridades de cada indivíduo e/ou grupo social (ARANHA, 2000, p. 02)

Nessa direção, o objetivo maior da inclusão educacional é o de garantir o ensino com qualidade, nas classes comuns das escolas regulares, a todos os alunos. Este movimento representa, ainda, um avanço, uma vez que

diferente da proposta de integração que acredita que os problemas responsáveis pela exclusão escolar estão nos próprios alunos, a inclusão desloca o foco para o sistema educacional, visando sua reestruturação, para garantir, de fato, a inclusão (MARIN, 2004, p.50).

No entanto, vale atentar para o fato da educação inclusiva no Brasil ainda ser muito recente e mesmo com uma legislação que ampara arduamente este processo, muito há de ser feito, construído e conscientizado.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, reforça e amplia a importância de o Poder Público assumir a responsabilidade de criar Sistemas de Ensino Inclusivos, com implantação de recursos e serviços pedagógicos, em especial o Atendimento Educacional Especializado por meio das Salas de Recursos Multifuncionais. Este processo é reafirmado com a Lei Brasileira de Inclusão em 2015, que destaca ainda mais a garantia de direitos e deveres das pessoas com deficiência em diversas áreas, como saúde, educação, moradia, assistência, trabalho, dentre outras.

Entretanto, não se pode perder de vista que este processo ainda não está consolidado como educação, sendo exceção em alguns municípios, e se apresenta com muitas falhas e com grandes desafios, pois como afirmam os autores Palhares & Marins (2002) e Aranha (2000), a inclusão não se garante, unicamente, com o acesso à escola. É preciso considerar as relações que vêm sendo construídas pela comunidade escolar, no espaço escolar, as ações e posturas dos profissionais envolvidos e prioritariamente como estes alunos estão se desenvolvendo.

Por isso, a desafiadora tarefa é a transformação ampla, emancipadora e atuante da forma de pensar e agir da sociedade. Essa transformação é inconcebível sem uma concreta e ativa contribuição simultânea de todos os órgãos e setores que compõem a nossa sociedade e na qual todos os indivíduos que dela fazem parte possam atuar de forma justa e eficiente, tendo seus direitos garantidos e que possam participar ativamente em sua singularidade. Mas, quem são esses indivíduos singulares? Todos nós, sem exceção, sem exclusão e sem restrição às suas características pessoais, sejam elas associadas às suas deficiências ou até mesmo suas condições sociais particulares.

Discutir simplesmente se um aluno deve ou não frequentar a escola comum é uma forma simplista de encarar a inclusão; o fato é que a escola é o lugar onde se aprende conteúdos sistematizados e acumulados historicamente e, por isso, não devemos discutir se o aluno, seja ele com deficiência ou não, deve ou não estar lá, o acesso é um direito de todos, deve ser respeitado e quanto a isso não se tem (ou não se deveria ter) discussão.

EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA E O PAPEL DA ESCOLA

Compreender os aspectos que envolvem a educação inclusiva significa compreender de fato o papel da escola. Pensar na inclusão de alunos com deficiência é pensar nas possibilidades de interação entre a história da educação especial e a história da educação e como esta lida com as diferenças.

A escola é um espaço que tem por função a socialização e a democratização do conhecimento, estando inserida num contexto social que recebe e trabalha com crianças de diferentes locais, culturas e situações econômico-sociais, e cabe a ela (seja pública ou privada) e aos órgãos aos quais está vinculada, organizar e estruturar o acesso, a permanência e o desenvolvimento de todos e de cada aluno.

Nesse sentido, cabe-nos pensar que a concepção de escola, ensino e desenvolvimento, deve centrar seu foco na relação entre desenvolvimento e aprendizagem como interação ativa da relação com o outro e que estes processos caminham juntos; porém, o aprendizado suscita e impulsiona o desenvolvimento, permitindo assim que o processo de inclusão seja possível de

ser concretizado, uma vez que a relação social estabelecida entre os sujeitos envolvidos no processo, possibilita a constituição da identidade do indivíduo.

Aprendizado gera desenvolvimento e o processo de desenvolvimento do pensamento não se realiza do individual para o social, mas, ao contrário, do social para o individual como demonstram os vários estudos de Vygotsky (2007). Nessa concepção é possível entender o desenvolvimento cognitivo, social e cultural, pela intervenção direta, organizada, planejada, intencional do ato educativo escolar – ponto fundamental para direcionar o trabalho pedagógico.

Precisamos entender que as mudanças para a inclusão, não caracterizam somente a implantação das leis, as mudanças de currículo, da metodologia, da escola, da garantia de direitos, mas primordialmente na transformação da identidade da pessoa com deficiência e da sociedade. A educação torna-se um direito somente quando existe um conjunto de instituições públicas que garantam a concretização e a materialização de tal direito, quando propostas políticas possibilitem a criação de condições culturais sobre as quais adquirem materialidade e sentido para os excluídos que, em nossa sociedade atual, são quase todos.

A educação de qualidade – não como propriedade de alguns – apenas é ou será verdade, quando for possível colocar em prática as propostas políticas que defendam e ampliem o direito a uma educação pública de qualidade. A ideia da inclusão social e escolar fundamenta-se numa concepção que reconhece e aceita a diversidade na vida em sociedade. Contudo, o modo como esta ideia vem evoluindo tem se modificado ao longo da história e a atitude para com a diversidade expressa, de modo geral, a vida de cada sociedade e de cada grupo social em relação a cada um de seus membros.

Nesta perspectiva, comprehende-se a identidade como o conjunto complexo de relações não imóveis, não estanque. A constituição dessa identidade está fundamentada na relação com o outro que passa por transformações ao longo dos anos.

Dentro da visão histórico-cultural, a constituição da subjetividade é uma característica humana que, de alguma forma, é histórica porque se constitui nas condições históricas de vida e social porque está muito mais relacionada com a

relação social desenvolvida. Pode-se dizer que é uma característica individual que se constitui na internalização da significação da relação.

O parâmetro da escola inclusiva visa oferecer uma educação de qualidade e que atenda à necessidade educacional de todos os alunos em sala de aula, independentemente de suas condições físicas, cognitivas, sociais, econômicas, emocionais e culturais. Porém, cabe ressaltar que as práticas pedagógicas adotadas pelos professores, pode tanto garantir a qualidade no atendimento da diversidade encontrada em sua sala de aula, como promover e/ou manter a exclusão de determinados alunos.

Exclusão e inclusão não são conceitos autoexplicativos; não há transparência nem relação direta termo a termo – há de se considerar, prioritariamente, a história encarnada no discurso. Se o discurso da inclusão fosse único, claro, transparente, não teríamos tamanha discrepancia entre o discurso propagado e a luta que se trava pelos direitos à vida e à educação, à saúde e à habitação, ao alimento e ao trabalho. Entretanto, estudos mostram que a transparência não existe, e, portanto, é sempre necessário um trabalho de interpretação que leve em conta a determinação da história, do tempo, do espaço, do sistema econômico, político e social em que é produzido e reproduzido.

O discurso educacional tem incorporado, no âmbito das políticas mais abrangentes, noções que relacionam a educação e o desenvolvimento humano, no sentido econômico e social. Por isso, ao se falar sobre a “educação para todos” ou o mais comum “educação de qualidade para todos” evidencia-se a articulação de tal questão com as políticas sociais, com a distribuição de renda, com as injustas diferenças de acesso aos bens materiais e culturais, bem como levar em consideração os modos de organização dos sistemas escolares.

Portanto, a dialética exclusão/inclusão marca que ambas não constituem categorias em si, cujo significado seja dado por qualidades específicas invariantes, contidas em cada um dos termos, mas que são da mesma substância e formam um par indissociável, que se constitui na própria relação. A dinâmica entre elas demonstra a capacidade de uma sociedade existir como um sistema (SAWAIA, 2001).

Cabe-nos neste momento, esclarecer o que nos leva a pensar sobre todos os conceitos abordados até aqui: a questão histórica, a legislação, a concepção de ensino e aprendizagem, a dialética exclusão/inclusão. Muito se ouve que a inclusão escolar das pessoas com deficiência está relacionada ao papel do professor em sala de aula. Em nossas experiências profissionais percebemos a tensão presente nas escolas, entre os professores e a gestão com relação à educação inclusiva sem contar a perspectiva dos familiares, outro tema que demanda muito estudo e reflexão, mas que não abordarei neste momento. Tais profissionais temem a experiência de lidar diretamente com a presença de um aluno com deficiência, com transtornos do neurodesenvolvimento ou até mesmo aqueles cuja dificuldade de aprendizagem intrigam o professor. Não consideramos que esse seja um processo tranquilo, mas o que percebemos é uma imobilização desses profissionais diante de tal situação. Pouco se discute e, ao invés disso, um discurso vago continua tomando conta dos espaços educacionais: “eu acredito na inclusão, mas não temos formação e recursos para incluir essas crianças”.

Talvez esse clima ocorra pelo fato de que antes de ser professor ele foi aluno deste sistema educacional, vivenciando ao longo dos anos as consequências das políticas e práticas de ensino preconceituosas marcadas pela homogeneidade, normatização, segregação, avaliação, disciplina, controle, punição, reprodução, submissão (FOUCAULT, 2000) e agora, profissionalmente tem que se livrar de todas essas construções e assumir a educação de todos, inclusive de quem não fazia parte da sua realidade escolar enquanto aluno. É neste sentido que a inclusão se faz importante, transformadora. Se enquanto estudante, o professor não teve a oportunidade de conviver, aprender e se transformar como cidadão convivendo com colegas com deficiência, ao acreditar no potencial da inclusão ele tem a oportunidade de mudar esse curso na história e permitir que seus alunos, hoje, tornem-se adultos e profissionais mais preparados, conscientes e menos preconceituosos, portanto, humanizados.

A EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE PAULÍNIA

O atendimento específico para os educandos com deficiência no município de Paulínia/SP ocorre desde a década de 1990, quando foram

instaladas em algumas escolas municipais Salas Especiais para Deficientes Auditivos e Deficientes Mentais, nomenclatura utilizada na época. Entretanto, essas salas foram fechadas em 1999, iniciando o processo de inclusão na Rede Municipal de Ensino, por iniciativa da equipe pedagógica da rede que atuava naquelas salas especiais em consonância com a proposta da administração pública.

No período de 2000 a 2009 a Secretaria Municipal de Educação redirecionou a equipe de professoras de Educação Especial para oferecer apoio pedagógico e assessoria à rede municipal de ensino, nas questões específicas de aprendizagem e desenvolvimento escolar e educacional, atuando desde as creches até o ensino médio e profissionalizante, nas escolas em que os alunos com deficiência estivessem matriculados. Neste período também foram organizados os grupos de formação em Educação Especial, Braille e LIBRAS aos profissionais da educação, foi implantada a primeira Sala de Recursos para Deficientes Auditivos e a criação do Setor de Educação Especial na Secretaria Municipal de Educação como parte integrante do Departamento Pedagógico e, a partir deste processo, novas Diretrizes foram elaboradas e o trabalho passou a ser integrado à política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Com base nesta Lei, o município de Paulínia, entre o período de 2010 a 2016, recebeu a implantação pelo Governo Federal de 18 Salas de Recursos Multifuncionais, dotadas de recursos tecnológicos, equipamentos, materiais pedagógicos e mobiliário para a implantação do Atendimento Educacional Especializado em contraturno escolar, conforme prevê a Legislação vigente, período em que o próprio governo municipal, em parceria com o Governo Federal, ampliou o quadro de profissionais da Educação Especial e o atendimento educacional especializado.

No período de 2019 até os tempos atuais, a Secretaria Municipal de Educação, por meio do Departamento de Coordenação Pedagógica - Educação Especial, instaurou a Equipe Técnica de Atendimento a Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação, cujo objetivo era reorganizar e ampliar o trabalho de educação inclusiva na rede municipal, investindo fortemente no trabalho de formação envolvendo as diferentes áreas da educação: professores

de AEE, professores de apoio, professores de sala de aula, diretores escolares, equipe operacional e professores de educação física, abrangendo as temáticas das diversas deficiências atendidas na rede.

Atualmente, em 2022, a Educação Especial conta com 34 professores de Educação Especial, atendendo 511 educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, transtorno do espectro autista, altas habilidades/superdotação e em processo de avaliação atuando nas 47 Unidades Escolares do município de creche ao ensino médio, em 18 salas de recursos multifuncionais, com programas de formação continuada, investimento em recursos e serviços e ampliando as ofertas de matrículas, oportunidades e avanços na educação escolar e profissional dos educandos público alvo da educação especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A garantia de acesso, participação e aprendizagem de todos e cada aluno nas escolas comuns contribui para a construção de uma nova cultura de valorização das diferenças sendo necessário rever a organização pedagógica e administrativa das escolas para que estas possam tornar-se espaços inclusivos.

Tornar realidade a inclusão sociocultural, é condição essencial para o desenvolvimento de um espaço democrático. Trabalhar com todos e cada educando, sem distinção de raça, classe, gênero ou características pessoais, baseando-se no princípio de que a diversidade não deve ser só aceita, mas desejada, caracteriza a função essencial da educação.

Pensar e fazer uma escola pública de qualidade para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades/superdotação tem sido um grande desafio para os educadores comprometidos com a construção de uma sociedade verdadeiramente democrática.

Tal compreensão permite entender a Educação Especial numa perspectiva de educação humanizada, ampla e historicamente diferenciada de todas as concepções até então exercidas como modelos formativos, técnicos e

limitados de simples atendimento, trata-se, portanto, efetivar uma educação escolar voltada para a prática de cidadania.

Estamos longe de atingir a educação plena e inclusiva, trata-se, portanto, da **RESPONSABILIDADE** social que cada um de nós, sociedade civil, poder público e seres humanos temos com a humanidade. Destaco que, é a partir de uma educação social, que não se faz única e exclusivamente sozinha é que temos a possibilidade de ter uma geração mais evoluída socialmente, menos preconceituosa, mais empática e justa, sendo este o compromisso de todos nós.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARANHA, M. S. F. **Inclusão Social e Municipalização**. In: MANZINI, E. J. *Educação Especial: temas atuais*. São Paulo: Ed. Unesp Marília Publicações, 2000.
- JANUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas, SP: Autores Associados, 2004.
- PALHARES, M. S. & MARINS, S. C. F. *Escola Inclusiva*. São Paulo: EDUFSCAR, 2002.
- SAWAIA, Bader.(org.) **As artimanhas da exclusão**: análise psicossocial e ética da desigualdade social. Petrópolis,RJ: Vozes, 2001.
- SILVA, M. S. **É possível aprender da experiência?** In: LINHARES, Célia (Org.). *Os Professores e a Reinvenção da Escola. Brasil e Espanha*, São Paulo: Cortez, 2001.
- VYGOTSKY, Lev. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento social da mente**, São Paulo, Ed. Martins Fontes, 2007